



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Aroldo José de Lima

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jacaguara Dantas da Silva Passos*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos
Direitos Humanos
(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2054 | dompms@mpms.mp.br

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça	2
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa	4
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	6
Secretaria de Recursos Humanos	29
Secretaria de Administração	33
Editais das Promotorias de Justiça	34

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3471/2016-PGJ, de 2.12.2016, com redação dada pela Portaria nº 461/2017-PGJ, de 9.2.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**, de forma que, **onde consta** (Port. nº 852/2017-PGJ, de 16.3.2017):

PROCURADOR DE JUSTIÇA	P.A.	1º PERÍODO	2º PERÍODO	PERÍODO DE CONVERSÃO
Marigô Regina Bittar Bezerra	2014/2015	14.3 a 2.4.2017		23.4 a 2.5.2017

Passe a constar:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	P.A.	1º PERÍODO	2º PERÍODO	PERÍODO DE CONVERSÃO
Marigô Regina Bittar Bezerra	2014/2015	3 a 22.4.2017		23.4 a 2.5.2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra** 2 (dois) dias de férias remanescentes, referente ao período aquisitivo 2007/2008, a serem usufruídos nos dias 16 e 17.3.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 853/2017-PGJ, de 16.3.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 645/2017-PGJ, de 24.2.2017, publicada no DOMP nº 1459, de 7.3.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de março de 2017 (Port. nº 816/2017-PGJ, de 15.3.2017):

- na parte onde consta:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
11 e 12.3.2017	1ª PJ de Coxim	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	99987-2000
18 e 19.3.2017	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
REGIÃO 16 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
11 e 12.3.2017	2ª PJ de Bonito	Matheus Macedo Cartapatti	99825-0975

- passe a constar:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
11 e 12.3.2017	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
18 e 19.3.2017	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
REGIÃO 16 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
11 e 12.3.2017	PJ de Bela Vista	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 16.3.2017, as férias do Promotor de Justiça **Claudio Rogerio Ferreira Gomes**, concedidas por meio da Portaria nº 3547/2016-PGJ, de 9.12.2016, alterada pela Portaria nº 412/2017-PGJ, de 6.2.2017 (Port. nº 841/2017-PGJ, de 15.3.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os Promotores de Justiça de Primeira e Segunda Entrâncias com atribuição para o controle externo da atividade policial, para participarem de reunião de trabalho no dia 28 de abril de 2017, das 8h às 11h e das 13h às 17h, no auditório Doutor Nereu Aristides Marques, no edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça (Port. nº 843/2017-PGJ, de 16.3.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, que abrange os Procuradores de Justiça Criminais, Cíveis e de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 1º semestre de 2017, nos termos da Resolução nº 003/2017-PGJ, de 13.2.2017, conforme segue (Port. nº 849/2017-PGJ, de 16.3.2017):

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS Cel.:98478-2059	PROCURADORES DE JUSTIÇA CÍVEIS Cel.:98478-2062	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.:98478-2122
17 (18h01min) a 24.3.2017 (7h59min)	Sergio Fernando Raimundo Harfouche	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	Aroldo José de Lima
24 (18h01min) a 31.3.2017 (7h59min)	Alexandre Lima Raslan	Belmires Soles Ribeiro	Edgar Roberto Lemos de Miranda
31.3 (18h01min) a 7.4.2017 (7h59min)	Jaceguara Dantas da Silva Passos	Olavo Monteiro Mascarenhas	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
7 (18h01min) a 12.4.2017 (7h59min)	Gilberto Robalinho da Silva	Irma Vieira de Santana e Anzoategui	Sergio Luiz Morelli
12 (18h01min) a 17.4.2017 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes	Olavo Monteiro Mascarenhas	Aroldo José de Lima
17 (18h01min) a 24.4.2017 (7h59min)	Silasneiton Gonçalves	Silvio Cesar Maluf	Edgar Roberto Lemos de Miranda
24.4 (18h01min) a 2.5.2017 (7h59min)	Sara Francisco Silva	Marigô Regina Bittar Bezerra	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
2 (18h01min) a 9.5.2017 (7h59min)	Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya	Belmires Soles Ribeiro	Sergio Luiz Morelli
9 (18h01min) a 16.5.2017 (7h59min)	Gerardo Eriberto de Moraes	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	Aroldo José de Lima
16 (18h01min) a 23.5.2017 (7h59min)	Luis Alberto Safraider	Marigô Regina Bittar Bezerra	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
23 (18h01min) a 30.5.2017 (7h59min)	Esther Sousa de Oliveira	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
30.5 (18h01min) a 6.6.2017 (7h59min)	Adhemar Mombrum de Carvalho Neto	Irma Vieira de Santana e Anzoategui	Aroldo José de Lima
6 (18h01min) a 12.6.2017 (7h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini	Mauri Valentim Riciotti	Edgar Roberto Lemos de Miranda
12 (18h01min) a 19.6.2017 (7h59min)	Francisco Neves Junior	Mauri Valentim Riciotti	Edgar Roberto Lemos de Miranda
19 (18h01min) a 26.6.2017 (7h59min)	Lucienne Reis D'Avila	Silvio Cesar Maluf	Sergio Luiz Morelli
26.6 (18h01min) a 3.7.2017 (7h59min)	João Albino Cardoso Filho	Belmires Soles Ribeiro	Aroldo José de Lima

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 646/2017-PGJ, de 24.2.2017, publicada no DOMP nº 1456, de 2.3.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de março de 2017 (Port. nº 851/2017-PGJ, de 16.3.2017):

• **na parte onde consta:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
COMARCA DE DOURADOS			
15 (18h01min) a 22.3.2017 (7h59min)	9ª	Fabírcia Barbosa Lima	98478-2087

• **passe a constar:**

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
COMARCA DE DOURADOS			
15 (18h01min) a 16.3.2017 (7h59min)	9ª	Fabírcia Barbosa Lima	98478-2087
16 (18h01min) a 22.3.2017 (7h59min)	5ª	Claudio Rogério Ferreira Gomes	98478-2087

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar os Promotores de Justiça com atuação na área de Direitos Humanos, servidores e estagiários a participarem do Evento “Garantia dos Direitos Humanos em tempos de crise econômica e social”, com a Professora Doutora Flávia Piovesan, no dia 22 de março de 2017, às 8h30min, no auditório Doutor Nereu Aristides Marques, no edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça (Port. nº 842/2017-PGJ, de 16.3.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 20.3.2017, do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora **Evy Márcia Chaves**, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 745/2017-PGJ, de 8.3.2017).

(a) Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder às servidoras do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominadas o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012 (Port. nº 743/2017-PGJ, de 8.3.2017).

SERVIDORA	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Helena Rocha Rodovalho	6º	5.2.2017
Munira Tereza Esgaib Campos	6º	17.2.2017
Sandra Serliz da Silva	5º	17.2.2017

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Silvana Kato da Silva**, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão, no período de 21 a 24.2 e nos dias 2 e 3.3.2017, em razão de licença compensatória referente a banco de horas e serviços prestados à Justiça Eleitoral do titular, **Valdemilson Massayoshi Thaada** (Port. nº 804/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar os servidores **Cleide Silva de Souza**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, **Cristina Castilho Akatsuka**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, e **Paulo Barbiero Dorigão**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Ensino Médio das Promotorias de Justiça da comarca de Sidrolândia, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 24.2.2017 (Port. nº 805/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere

o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar os servidores **Isabela Stefan Pacheco**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, e **Jéssica Carli de Oliveira**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Ensino Médio da Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 7.3.2017 (Port. nº 806/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira**, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de TI, no período de 13 a 17.3.2017, em razão de viagem a trabalho da titular, *Sabrina Lopes Baes* (Port. nº 807/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Angelo Maia Marcelo Pirani**, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia da Secretaria de Tecnologia da Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 13 a 17.3.2017, em razão de viagem a trabalho da titular, *Myrian Raquel Rodrigues da Silva* (Port. nº 808/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Arnaldo Benicio da Silva**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no dia 7.3.2017, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, *Wanessa Barbosa Santana* (Port. nº 809/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Cristiano Lopes Baes**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Material e Patrimônio, nos períodos de 16 a 20.1 e de 23 a 25.1.2017, em razão de férias e licença compensatória referente ao feriado forense da titular, *Laura Regina Barbosa Victor Chaparim* (Port. nº 810/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Gerson Estevam da Silva Junior**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na 9ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 13.3.2017, até ulterior deliberação (Port. nº 811/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Maria Aparecida Alves**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Coxim e designada para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 3.3.2017, até ulterior deliberação (Port. nº 812/2017-PGJ, de 14.3.2017).

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 20.2.2017, a Portaria nº 168/2017-PGJ, de 19.1.2017, que designou o servidor **Pedro Borges de Souza**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª

Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 826/2017-PGJ, de 15.3.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora **Christiane Naomi Hiratsuka**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14.3 a 12.4.2017, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Port. nº 837/2017-PGJ, de 15.3.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 14.3.2017, as férias do servidor **Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio da Portaria nº 793/2017-PGJ, de 13.3.2017, que serão usufruídas no período de 31.7 a 4.8.2017 e nos dias 9 e 10.10.2017 (Port. nº 818/2017-PGJ, de 15.3.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **Guilherme de Souza Bonifácio**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de **5% (cinco por cento) do adicional de qualificação**, a contar de **23 de fevereiro de 2017**, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso IV e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso IV, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012 (Processo PGJ/10/0756/2017) (Port. nº 838/2017-PGJ, de 15.3.2017).

(a) **Nilza Gomes da Silva**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

EDITAL N.º 001/2017-CEAF

XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAF** COMUNICA a **abertura das inscrições** para o **XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com vagas destinadas aos estudantes de:

1 - Nível Superior/Pós-Graduação, destinado a **bacharéis em Direito**, e aos **graduados** na área de conhecimento de **Administração, Ambiental¹, Desenvolvimento de Sistemas, Economia, Psicologia e Serviço Social**.

2 - Nível Superior/Graduação em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação/Jornalismo, Direito, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Geografia, Publicidade e Propaganda, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas², Tecnologia em Produção Multimídia, Tecnologia em Redes de Computadores³, Serviço Social.

3 - Nível médio profissionalizante do curso de Técnico em Segurança do Trabalho.

¹ Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (Bacharelado), Geologia, Gestão Ambiental.

² Também serão aceitos estudantes do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Tecnológico; Análise de Sistemas – Bacharelado; Engenharia de Software; Sistemas de Informação; Tecnologia em Sistemas para Internet; Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

³ Também serão aceitos estudantes do curso de Rede de Computadores – Tecnológico; Superior de Tecnologia em Rede de Computadores; Redes de Computadores.

Antes de realizar sua inscrição, o candidato deverá ler este edital e certificar-se de que atenderá a todos os requisitos exigidos para o ingresso e para o exercício das funções de estagiário, conforme estabelecido na Resolução nº. 015-2010/PGJ, de 27 de julho de 2010, caso venha a ser escolhido para prover vaga de estágio no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

I – Das Informações Gerais:

1. O estágio compreende o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar Estadual nº. 72, de 18 de janeiro de 1994, modificado pela Lei Estadual nº. 133, de 15 de abril de 2009; e é regido pelas disposições da Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

2. Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório da função de estagiário no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul estão regulamentados pela Resolução nº. 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº. 2247 (fls. 245-250), de 30.7.2010.

3. As normas citadas nos itens acima se encontram disponíveis no portal www.mpms.mp.br, no link CEAF-Estagiários e também no link referente aos Atos e Normas.

4. Poderá participar do processo seletivo classificatório o estudante regularmente matriculado e com frequência efetiva em:

4.1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, em nível de especialização, mestrado, doutorado.

4.1.1. A carga horária do estágio e a bolsa mensal correspondente conforme estabelecido na Resolução nº 001/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, serão:

a) Para os estagiários do nível Superior/Pós-Graduação, especificamente, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, divididas em 6 (seis) horas diárias, das 12h às 18h, e bolsa auxílio no valor de **R\$ 1.800,00** (um mil e oitocentos reais).

4.1.2. A instituição educacional que oferece os cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* deverá ser obrigatoriamente credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), na forma da lei, sendo que os cursos de pós-graduação à distância deverão ter um credenciamento específico no MEC para tal fim.

4.1.3. O curso de pós-graduação deverá ter carga mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula e seu conteúdo programático deverá estar relacionado às atividades afetas às funções institucionais do Ministério Público, ou com elas afins.

4.1.3.1. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação em Direito, cuja área de conhecimento da pós-graduação esteja relacionada no Anexo VIII deste Edital.

4.1.3.2. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação dos cursos da área **Ambiental** cuja **graduação e pós-graduação** sejam nas seguintes áreas: Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (Bacharelado), Geologia ou Gestão Ambiental.

4.1.3.3. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação dos cursos de **Administração, Desenvolvimento de Sistemas, Economia, Psicologia e Serviço Social**, cuja **graduação e pós-graduação** sejam na mesma área de formação.

4.1.4. Aos estagiários de nível superior/pós-graduação incumbem as mesmas tarefas práticas dos estagiários de graduação, diferenciando-se apenas com relação ao nível especializado de conhecimento aplicado às atividades desenvolvidas, que ensejam a aplicação preponderante dos conhecimentos adquiridos na graduação e na área de especialização.

4.1.5. O período desenvolvido pelo estagiário de nível superior/pós-graduação em direito contará como tempo de atividade jurídica para fins de ingresso na carreira do Ministério Público, nos termos do § 3º, do artigo 129, da Constituição Federal e do artigo 1º da Resolução nº 40, de 26 de maio de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público.

4.1.5.1. Para contagem de tempo como atividade jurídica o estágio deverá ter duração mínima de 01 (um) ano, com carga horária não inferior a 30 (trinta) horas semanais.

4.1.6. Somente será admitido ao estágio o estudante (nível superior/pós-graduação) cujo período restante de realização do curso de pós-graduação seja compatível com 6 (seis) meses letivos de estágio, tendo em vista a necessidade de atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010.

4.1.7. As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos

candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

4.2. Curso de graduação, de acordo com as vagas ofertadas, em instituição de ensino superior conveniada com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, disponível no Anexo III deste Edital:

4.2.1. A carga horária do estágio e a bolsa mensal correspondente conforme estabelecido na Resolução nº 001/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, serão:

a) Para os **estagiários de cursos de graduação em Direito**, especificamente, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 (quatro) horas diárias, e bolsa-auxílio no valor de **R\$ 743,91** (setecentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos);

b) Para os **estagiários dos demais cursos de graduação** que cumprirem 5 (cinco) horas diárias ou 25 (vinte e cinco) horas semanais, a importância de **R\$ 855,50** (oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos);

4.2.2. Em nenhuma hipótese será contratado o candidato aprovado que esteja cumprindo **somente dependência ou adaptação**.

4.2.3. Para as vagas disponíveis **aos acadêmicos do curso de Direito (nível Superior/Graduação)**, apenas será admitido o candidato aprovado que, comprovadamente, até a data da posse, não possua mais de uma dependência de aprovação em qualquer disciplina, salvo se não tiver candidato que cumpra este requisito;

4.2.3.1. Para os **candidatos aprovados nos demais cursos ofertados** referido requisito estará dispensado, devendo ser observado apenas a disposição do item n.º 4.2.2 deste Capítulo.

4.2.4. Não será admitido ao estágio o estudante (**nível Superior/Graduação**) que estiver matriculado no **último semestre do curso no momento da convocação**, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010.

4.2.5. As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação e por turno escolhido para estagiar **no momento da inscrição (matutino ou vespertino)**.

4.2.5.1. Após o prazo de inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração do Turno (matutino ou vespertino) e da região indicada para concorrer ao credenciamento.

4.3. Curso de ensino médio profissionalizante, em instituição de ensino oficial, devidamente credenciada, autorizada e/ou reconhecida nos órgãos competentes, conveniada com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o Anexo III deste Edital.

4.3.1. A carga horária do estágio e a bolsa mensal correspondente conforme estabelecido na Resolução nº 001/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, serão:

a) Para os estagiários do ensino médio que cumprirem 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais, a importância de **R\$ 646,88** (seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos);

4.3.2. Em nenhuma hipótese será contratado o candidato aprovado que esteja cumprindo **somente dependência ou adaptação**.

4.3.3. Não será admitido ao estágio o estudante (**nível Ensino Médio Profissionalizante**) que estiver matriculado no **último semestre do curso no momento da convocação**, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010.

4.3.4. As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação e por turno escolhido para estagiar **no momento da inscrição (matutino ou vespertino)**.

4.3.5. Após o prazo de inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração do Turno (matutino ou vespertino) e da região indicada para concorrer ao credenciamento.

5. Não será admitido como estagiário do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul o candidato aprovado que

exerça função em diretoria de partido político, visto que esse tipo de atividade é incompatível com o estágio no Ministério Público.

6. O estagiário terá direito ao auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia efetivamente estagiado, considerando a tarifa fixada na Capital como valor de referência, conforme Resolução nº. 003/2012-PGJ, de 15 de fevereiro de 2012.

7. O período de estágio é de, no máximo, 2 (dois) anos e, no mínimo, 6 (seis) meses, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência que poderá atuar até a conclusão do curso, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº. 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

7.1. Será compreendido como conclusão do curso na instituição de ensino, ainda que ocorra no período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio, o encerramento do último semestre letivo, para os estagiários de nível superior Graduação e nível médio profissionalizante; e, nos casos de estagiário de pós-graduação, pela defesa de trabalho de conclusão de curso.

8. Este Edital não afetará o cadastro de reserva eventualmente existente na Promotoria de Justiça, em razão de processo seletivo próprio, o qual terá primazia na ordem de convocação.

II – Das Vagas

O presente processo seletivo visa ao preenchimento das vagas de estágio existentes em quaisquer dos cursos acima especificados, bem como à formação de Cadastros de Reserva, para o fim de suprir as vagas que vierem a ocorrer durante o seu prazo de validade na Comarca indicada no **Anexo I deste Edital**.

III – Da Seleção

1. A seleção se dará por meio de **Prova Objetiva e Discursiva** aos **bacharéis em Direito (nível Superior/Pós-Graduação)** e aos acadêmicos do curso de **Direito (nível Superior/Graduação)**; e aplicação de **Prova Objetiva** aos interessados as vagas dos **outros cursos**, nas quais serão avaliados, além do conhecimento específico, os conhecimentos gerais, conforme relação de matérias descritas no **Anexo II**.

2. Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver aproveitamento **igual ou superior a 50% (cinquenta por cento)** das questões formuladas na prova objetiva. O candidato com pontuação abaixo desse índice será considerado reprovado.

3. Será considerado aprovado o candidato concorrente às vagas destinadas aos acadêmicos **bacharéis em Direito (nível Superior/Pós-Graduação)** e curso de **Direito (nível Superior/Graduação)** que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões da **prova objetiva**; e aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões da **prova discursiva**. O candidato com pontuação **abaixo desses índices** será considerado reprovado.

IV – Das Inscrições

As inscrições estarão abertas no período de **20 de março de 2017 a 08 de maio de 2017**.

1. As inscrições serão realizadas via **INTERNET**, por meio do endereço eletrônico www.fapec.org/concurso, no banner **ESTAGIÁRIO – CONCURSO – XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO**, no intervalo compreendido entre 8 horas do dia **20 de março de 2017** às 23h59min do dia **08 de maio de 2017**.

2. Para efetivar a inscrição, no site da FAPEC, devem-se realizar os seguintes passos: **a)** acessar o site www.fapec.org/concurso; **b)** selecionar o link "Inscrições"; **c)** clicar no Processo de Seleção; **d)** selecionar o curso/cargo pretendido; **e)** preencher a ficha de inscrição, optando pela cidade onde realizará a prova (**Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Jardim, São Gabriel do Oeste**); **f)** concordar com as normas do concurso; **g)** confirmar dados. **Os dados devem ser preenchidos, corretamente**, sob pena de eliminação do Processo de Seleção. Na “Área do Candidato” ficarão disponibilizadas todas as informações sobre os dados do candidato e suas inscrições.

3. Ao se inscrever, o candidato de nível Superior/Pós-Graduação deverá optar pela Regional onde exercerá suas funções, conforme **ANEXO I** deste Edital.

4. Após o preenchimento e confirmação da Ficha de Inscrição, o candidato deverá imprimir o boleto e recolher a taxa, impreterivelmente, **até o dia 09 de maio de 2017**, cujo valor será destinado ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

4.1. O valor da inscrição para os candidatos inscritos para as vagas destinadas aos **estudantes de nível Superior/Pós-Graduação** (especialização, mestrado e doutorado) será de **R\$ 80,00 (oitenta reais)**.

4.2. O valor da inscrição para os candidatos inscritos para as vagas destinadas **aos estudantes nível Superior/Graduação e de nível Médio Profissionalizante** será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

5. Os candidatos amparados pela Lei Estadual nº. 2.557, de 13 de dezembro de 2002 (com as alterações advindas da Lei Estadual nº. 3.201/2006) que trata de **isenção da taxa de inscrição dos** concursos públicos do Estado de Mato Grosso do Sul para desempregados, deverão proceder conforme estabelecido nos Decretos Estaduais nº. 11.232, de 27 de maio de 2003 e nº. 11.238, de 29 de maio de 2003, que regulamentam a referida Lei e demais alterações; os candidatos amparados pela Lei Estadual nº. 2.887, de 21 de setembro de 2004, que trata de isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos por quaisquer dos poderes da administração pública do Estado de Mato Grosso do Sul aos doadores voluntários de sangue, deverão proceder conforme disposto nessa Lei.

6. Os candidatos de que trata o item acima (**nº. 5**) deverão postar via Sedex ou pessoalmente, impreritivamente, **até o dia 28 de março de 2017**, a ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, o requerimento e os documentos estabelecidos, encaminhados à FAPEC, localizada a Rua 9 de julho, nº 1.922, Vila Ipiranga, em Campo Grande/MS, CEP 79081-050, para análise e parecer da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

7. O candidato que tiver seu requerimento de isenção de taxa indeferido deverá efetivar sua inscrição em conformidade com o disposto no **item nº. “4”** deste Capítulo.

8. O candidato que apresentar comprovante inidôneo ou firmar declaração falsa para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição responderá na forma do artigo 299 do Código Penal.

9. A inscrição do candidato no Processo Seletivo implica no pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e na Resolução nº. 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

10. O estudante que preencher o Formulário de Inscrição e **não recolher o valor descrito no prazo do item nº. 4 deste Capítulo terá sua inscrição automaticamente cancelada.**

V – Das Vagas Destinadas ao Candidato com Deficiência, ao Negro e ao Índio

1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente concurso, observadas as seguintes condições:

I – Serão considerados candidatos com deficiência aqueles que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99 e suas alterações, bem como os candidatos portadores de visão monocular, conforme Lei Estadual nº. 3.681, de 27 de maio de 2009; Súmula nº. 377 do Superior Tribunal de Justiça e Enunciado AGU nº. 45, de 14 de setembro de 2009.

II – Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

III – Os candidatos com deficiência que forem aprovados no presente Processo Seletivo constarão de listagem geral (período matutino ou vespertino) com a divulgação do resultado, registrada a respectiva classificação, figurando, também, em listagem distinta, dentre os candidatos inscritos nessa condição.

a. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) do total de vagas a serem preenchidas, para os estudantes que, no momento da inscrição, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade que possuem.

b. O candidato que pretenda concorrer às vagas reservadas deverá declarar no ato da inscrição, sob as penas da lei, ser pessoa com deficiência, especificando a espécie, o grau ou o nível da deficiência correspondente.

c. O candidato com deficiência, após declarar no formulário de Inscrição via *internet* sua condição de portador de deficiência, para que esta condição de participação seja avaliada pela Comissão, deverá postar via Sedex ou pessoalmente, à FAPEC, localizada a Rua 9 de julho, nº 1922, Vila Ipiranga, em Campo Grande/MS, CEP 79081-050, no curso do período das inscrições:

I - Laudo Médico, original ou cópia autenticada em cartório e, expedido em até 90 (noventa) dias anteriores à data de início das inscrições no concurso, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código

correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, para assegurar previsão de adaptação de sua prova;

II - Cópia da Carteira de Identidade (ou documento de identificação), cópia do CPF, com informação de endereço e telefone;

III - A solicitação para realização de prova especial (**Anexo IV**) será formulada por escrito, especificando o tipo de deficiência, os recursos e o tempo de realização da prova. Para prova ampliada será utilizada fonte 24 (vinte e quatro), e o acréscimo de tempo para realização da prova será de até 1h30min;

IV - O não atendimento aos itens acima sujeitarão o candidato à realização da prova nas mesmas condições que o não portador de deficiência.

2. Os estudantes poderão concorrer ao Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais, ficando reservadas aos candidatos que, no momento da inscrição, declararem-se negro ou índio, a cota de 20% (vinte por cento) e de 3% (três por cento), respectivamente, das vagas a serem preenchidas, em observância à Lei Estadual nº. 3.594, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº. 4.900, de 27 de julho de 2016 e Decreto Estadual nº. 13.141, de 31 de março de 2011.

2.1. Serão considerados como Minorias Étnico-Raciais, para fins do disposto no item nº. 2, os seguintes grupos:

2.1.1. Negros, definidos como aqueles classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou portadores do registro público indicando a sua categoria racial;

2.1.2. Indígenas, definidos como aqueles portadores da carteira de identidade expedida pela FUNAI ou da carta da comunidade indígena à qual pertença.

2.1.3. O candidato que, no momento da inscrição, declarou-se negro ou indígena deverá preencher o formulário disponível no **Anexo VI**, e postar via Sedex ou pessoalmente, à FAPEC, localizada a Rua 9 de julho, nº 1922, Vila Ipiranga, em Campo Grande/MS, CEP 79081-050, no curso do período das inscrições, para que esta condição de participação seja avaliada pela Comissão.

2.1.4. O candidato aprovado que se declarou negro ou indígena, após a divulgação do resultado da prova escrita e antes da homologação do certame, será entrevistado por integrantes da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, a fim de ser constatada a veracidade da declaração firmada pelo candidato inscrito como cotista.

2.2. O não atendimento aos itens acima excluirá o candidato inscrito na condição de negro ou de índio da lista específica, permanecendo somente na listagem geral.

3. Conforme disposição do artigo 49, § 7º da Resolução nº. 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, quando houver apenas 01 (uma) vaga a ser preenchida e houver candidato com deficiência classificado para o cargo, ele deverá ser chamado para ocupar a vaga.

4. Havendo mais de uma vaga disponível, aos estudantes que concorrerem aos sistemas descritos no item 1 e 2 deste Capítulo ficarão destinadas: para candidato negro a 5ª vaga; candidato deficiente, a 10ª vaga; e candidato índio, a 33ª vaga; e assim sucessivamente. Devendo ser observado, para tanto, a prioridade do candidato com deficiência no caso de apenas uma vaga disponível (item “3” deste Capítulo).

5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, negro ou índio participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação de provas, ressalvado aos candidatos que se declararem deficientes, a situação quanto à forma de prestação e tempo de duração de provas, de acordo com o requerimento do candidato – com base em informação registrada no ato da inscrição – e mediante deliberação da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

6. As vagas reservadas para candidatos deficientes, negros ou índios que não forem preenchidas, serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem de classificação obtida pelos candidatos no Processo Seletivo.

7. O candidato que firmar declaração falsa para concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência ou às cotas para negros e índios responderá na forma do artigo 299 do Código Penal.

VI – Das Provas – Prova Objetiva e Prova Discursiva

1. A prova escrita, **com duração de 4 (quatro) horas**, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia **28 de**

maio de 2017 nas cidades de **Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Jardim, São Gabriel do Oeste**, em local e horário a serem divulgados nos portais do Ministério Público Estadual – www.mpms.mp.br, Diário Oficial do Ministério Público - DOMP e da FAPEC – www.fapec.org/concursos.

1.1. Da Prova Objetiva

1.1.1. Será aplicada **prova objetiva** para todos os cargos/áreas de atividade, de caráter eliminatório e classificatório. As questões serão do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas e uma única resposta correta, abrangendo os objetos de avaliação constantes do **Anexo II** deste edital, conforme os quadros a seguir.

CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO	PROVAS OBJETIVAS	N.º DE QUESTÕES	Pontos por Questão
Bacharel em Direito	Noções de Informática	05	1,25 (um vírgula vinte e cinco pontos)
	Conhecimentos Específicos	35	
	Prova Discursiva	Redação	50,00 (cinquenta pontos)

CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO	PROVAS	N.º DE QUESTÕES	Pontos por Questão
Graduados em área de Conhecimento Administração, Ambiental ⁴ , Economia, Psicologia e Serviço Social	Noções de Informática	05	2,00 (dois pontos)
	Língua Portuguesa	10	
	Noções de Direito	10	
	Conhecimentos Específicos	25	
Graduados em área de Conhecimento Desenvolvimento de Sistemas	Língua Portuguesa	10	2,00 (dois pontos)
	Noções de Direito	10	
	Conhecimentos Específicos	30	

CURSOS NÍVEL SUPERIOR/GRADUAÇÃO	PROVAS	N.º DE QUESTÕES	Pontos por Questão
Direito	Noções de Informática	05	1,25 (um vírgula vinte e cinco pontos)
	Conhecimentos Específicos	35	
	Prova Discursiva	Redação	50,00 (cinquenta pontos)

CURSOS NÍVEL SUPERIOR/GRADUAÇÃO	PROVAS	N.º DE QUESTÕES	Pontos por Questão
Ciências da Computação, Engenharia de Computação, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. ⁵ Tecnologia em Produção Multimídia, Tecnologia em Redes de Computadores ⁶	Língua Portuguesa Noções de Direito Conhecimentos Específicos	10 05 25	2,50 (dois pontos e meio)
Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação/Jornalismo, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Geografia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social	Língua Portuguesa Noções de Informática Noções de Direito Conhecimentos Específicos	10 05 05 20	2,50 (dois pontos e meio)

CURSOS DE NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE	PROVAS OBJETIVAS	N.º DE QUESTÕES	Pontos por Questão
Técnico em Segurança do Trabalho	Língua Portuguesa Matemática Conhecimentos Específicos	10 10 20	2,50 (dois pontos e meio)

1.2. Da Prova Discursiva (apenas para os acadêmicos do curso de Direito, nível Superior/Pós-Graduação e nível Superior/Graduação)

1.2.1. Será corrigida a prova discursiva do candidato ao cargo de estágio em Direito (**nível Superior/Pós-Graduação e**

⁴ Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (Bacharelado), Geologia, Gestão Ambiental.

⁵ Também serão aceitos estudantes do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Tecnológico; Análise de Sistemas – Bacharelado; Engenharia de Software; Sistemas de Informação; Tecnologia em Sistemas para Internet; Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

⁶ Também serão aceitos estudantes do curso de Rede de Computadores – Tecnológico; Superior de Tecnologia em Rede de Computadores; Redes de Computadores.

nível Superior/Graduação) habilitado na prova objetiva nos termos do Capítulo III, item “2” deste Edital. Ou seja: “Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões formuladas”.

1.2.2. A prova discursiva valerá 50,00 (cinquenta) pontos e consistirá na elaboração de texto de, no mínimo, 30 (trinta) e, no máximo, 40 (quarenta) linhas. O candidato que redigir texto que não se enquadre na quantidade mínima e máxima estabelecida anteriormente não terá sua prova discursiva corrigida e será **ELIMINADO** do concurso.

1.2.3. A prova discursiva tem o objetivo de avaliar o conteúdo e o conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa.

1.2.4. Para efeito de correção da prova escrita discursiva, serão levados em consideração:

1.2.4.1. A exatidão da redação em relação ao solicitado no enunciado e a adequação e riqueza do conteúdo.

1.2.4.2. A estrutura textual – clareza, coesão, concisão e coerência – e a utilização adequada do vocabulário e das normas gramaticais e ortográficas vigentes, sendo o ideal 1 (um) parágrafo de introdução; 2 (dois) ou 3 (três) de desenvolvimento; e 1 (um) de conclusão.

1.2.4.3. Em casos de fuga ao tema, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota 0,00 (zero) na prova discursiva.

1.2.4.4. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

2. A nota da prova corresponderá à soma dos pontos atribuídos às questões, observando-se aos candidatos acadêmicos do curso de Direito (nível Superior/Pós-Graduação e Superior Graduação) a soma da nota da Prova Objetiva com a da Prova Discursiva.

3. O candidato deverá apresentar-se no local das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência do seu horário de início, portando documento oficial de identificação, original, com foto recente, bem como caneta esferográfica de cor azul, fabricada em material transparente. **Não serão aceitos protocolos ou cópia, mesmo que autenticada, dos documentos de identificação.**

4. Não terá acesso ao local de provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido em Edital de Convocação para Provas.

5. Não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos, consultas ou mesmo utilização de qualquer meio ou aparelho que permita armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão, a exemplo de telefones celulares, *paggers*, agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e outros de mesma natureza, assim como a utilização de óculos escuros e assessórios de chapalaria, sob pena de eliminação do candidato, sem direito a recurso.

6. Não será permitido, durante a realização das provas, o porte de quaisquer meios eletrônicos, inclusive aparelhos celulares. Caso seja necessário o candidato portar algum desses aparelhos eletrônicos, esses deverão ser acondicionados, desligados e/ou sem bateria, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela FAPEC, devendo permanecer embaixo da mesa/carteira, durante toda a aplicação das provas.

7. Será eliminado o candidato cujo celular tocar, mesmo que no modo despertador, durante a realização das provas.

8. Quando da realização da prova, o candidato deverá assinalar as respostas na folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

8.1. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.2. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

8.3. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que

legível.

9. Os 3 (três) últimos candidatos aguardarão o término das provas em conjunto, retirando-se da sala após a entrega simultânea da folha de respostas e assinatura da Ata de Sala.

VII – Do Resultado e da Classificação

1. O resultado e a classificação, observado o disposto no item III, em ordem decrescente, **por região e período de opção de estágio**, serão publicados por meio de edital nos endereços eletrônicos das entidades organizadoras.

2. Em caso de empate na classificação, o desempate será feito em favor do candidato:

- a) De maior idade (igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso);
- b) Que obtiver a maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
- c) Que obtiver a maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
- d) Com mais idade dentre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

3. O **acompanhamento das publicações e convocações** divulgadas nos endereços eletrônicos e Diário Oficial do Ministério Público - DOMP **é de inteira responsabilidade dos candidatos**.

4. A **lista geral** será formada por **TODOS** os candidatos classificados e habilitados nas listas finais da região escolhida para concorrer às vagas.

4.1. Para a composição da lista geral será considerada a nota final de cada candidato, utilizando-se os critérios de desempate, conforme item “2” do Capítulo VII do presente Edital.

4.2. A lista geral de classificação será utilizada apenas quando não houver mais remanescentes em alguma das Regiões, momento em que serão convocados os classificados remanescentes, independente de suas opções originais, para optarem se pretendem a mudança da região escolhida.

4.3. O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da Região a qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice versa.

VIII – Dos Recursos

1. No **prazo de 02 (dois) dias úteis** da publicação do indeferimento de sua solicitação de isenção do recolhimento da inscrição, omissão de seu nome ou retificação de dados ocorridos na publicação da relação dos candidatos inscritos, do gabarito preliminar, redação e do resultado, será permitido ao candidato interessado apresentar recurso.

2. O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e dirigido ao Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, devendo ser entregue pessoalmente à FAPEC, - localizada a Rua 9 de julho, nº 1922, Vila Ipiranga, Campo Grande/MS, CEP 79081-050 - em se tratando de candidatos da comarca de Campo Grande; e, em relação aos recursos dos candidatos do interior do Estado, deverá ser encaminhado, via Sedex, com aviso de recebimento, para a FAPEC, no mesmo endereço.

3. Não será aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telex, internet, telegrama ou outro meio não especificado neste Edital.

4. No caso de recurso contra o gabarito, a pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será atribuída a todos candidatos presentes à prova objetiva.

5. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido, sendo considerado, para tanto, o carimbo de protocolo oficial da FAPEC e, em relação aos recursos dos candidatos do interior do Estado, a data da postagem do Sedex (correio).

6. Não será conhecido o recurso interposto em prazo destinado a evento diverso do questionado.

7. O candidato deverá entregar o recurso em três vias (original e duas cópias), digitado ou datilografado. E no caso de recurso contra o gabarito, cada questão ou item deverá ser apresentado em folhas separadas, identificadas.

IX – Da Convocação e Admissão

1. Após concluídas todas as etapas, o concurso será homologado por meio de despacho do Procurador-Geral de Justiça.
2. A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá no interesse da Administração, com a devida comunicação ao candidato, por “e-mail”, e divulgação no endereço eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, obedecendo aos critérios de necessidade e conveniência da Administração e às disposições da Resolução nº. 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.
3. A convocação dos candidatos obedecerá a rigorosa ordem de classificação de cada região.
4. O candidato **bacharel em Direito de nível Superior/Pós-Graduação**, regularmente convocado, **deverá apresentar-se para escolha da lotação em que irá estagiar**, no local e horário indicados em Aviso de Convocação previamente divulgado, munido dos documentos elencados no item nº. 13 deste Capítulo, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.
 - 4.1. O candidato **bacharel em Direito de nível Superior/Pós-Graduação** que no momento de manifestar sua escolha de lotação, não optar por uma das vagas ainda disponíveis na respectiva área regional, poderá formalizar manifestação quanto a interesse de desistência da vaga ou transposição para o final de lista, se for o caso.
5. O candidato regularmente convocado, para as vagas destinadas aos cursos de **nível Superior/Pós-Graduação (exceto bacharel em Direito), nível Superior/Graduação e nível médio profissionalizante**, deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.
6. Formalizada a manifestação de interesse, o candidato deverá apresentar os documentos constantes neste **Capítulo no prazo de 5 (cinco) dias úteis**. Após a entrega da documentação será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.
7. A hipótese de prorrogação do prazo estabelecido para entrega da documentação poderá ser apreciada Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, desde que a circunstância e a motivação alegada impeçam o comparecimento do candidato.
8. Será admitido requerimento de candidatos para transposição de seu nome para o final da lista de classificação, **uma única vez**, para efeitos de futura convocação, no curso do prazo de validade do Processo Seletivo.
 - 8.1. No ato da **nova convocação**, o estudante deverá manifestar-se expressamente, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, sobre o interesse no exercício do estágio ou desistência, sob pena de exclusão do Processo Seletivo.
9. O candidato inscrito para as vagas destinadas aos acadêmicos de **curso nível Superior/Pós-Graduação** em que a região alcançou a lotação completa das vagas existentes em que se inscreveu e nela, pela ordem de classificação, apesar de aprovado, não foi lotado, comporá lista geral de classificação que será utilizada para opção de transferência de região, que se dará em momento posterior à escolha das vagas originais, na hipótese de uma outra região não alcançar o preenchimento de vagas para o certame.
10. O candidato que não apresentar manifestação formal, ou não comparecer ao local indicado no “e-mail” e avisos de convocação, no curso dos prazos estabelecidos, acima, será automaticamente excluído da listagem de classificação e do Processo Seletivo.
11. A atualização dos endereços eletrônico, de telefones para contato, e o acompanhamento das convocações, divulgadas no endereço eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, são de inteira responsabilidade do candidato.
12. Não será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio de candidatos aprovados:
 - a) que estejam cumprindo somente dependência;
 - b) em regime de adaptação de grade curricular do Curso;
 - c) que já tenham exercido o estágio remunerado no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo período máximo de 2 (dois) anos previsto na Lei nº. 11.788, e 25 de setembro de 2008, no mesmo Curso que desejam concorrer neste Processo de Seleção.
13. Para admissão, o candidato **bacharel em Direito de nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; **II** – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado, desenvolvido em

uma das áreas de conhecimento especificadas no **Anexo VIII** deste edital; **III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; **IV** - Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; **V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; **VI** - declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; **VII** - declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte; **VIII** - Atestado de exame ABO-RH; **IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recente; **X** - Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.; **XI** - Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (**modelo Anexo VII**); **XII** - Diploma de bacharel em Direito.

14. Para admissão, os candidatos de **outros cursos, aprovados em nível Superior/Pós-Graduação**, deverão apresentar os seguintes documentos:

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; **II** - declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado; **III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; **IV** - Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; **V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; **VI** - declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; **VII** - declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte; **VIII** - Atestado de exame ABO-RH; **IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recente; **X** - Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.; **XI** - Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (**modelo Anexo VII**); **XII** - Diploma em curso Nível/Superior-Graduação.

15. Para admissão, o candidato de **nível Superior/Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; **II** - declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso; **III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; **IV** - Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; **V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; **VI** - declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; **VII** - declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte; **VIII** - Atestado de exame ABO-RH; **IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recente; **X** - Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.; **XI** - Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (**modelo Anexo VII**).

16. Para admissão, o candidato no **nível de ensino médio profissionalizante** deverá apresentar os seguintes documentos:

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; **II** - declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso; **III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; **IV** - Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; **V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; **VI** - declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; **VII** - declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte; **VIII** - Atestado de exame ABO-RH; **IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recente; **X** - Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.; **XI** - Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (**modelo Anexo VII**).

X – Do Prazo de Validade

O presente processo de seleção terá validade de 1 (um) ano, contado da data da sua homologação, prorrogável por mais um ano, a critério do Ministério Público Estadual.

XI - Das Disposições Finais

1. O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do Processo Seletivo, desde que verificada qualquer ação ou omissão que caracterizem conduta de má-fé ou outras para lograr proveito próprio, assim também compreendida a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil ou comprobatória de matrícula e frequência no curso informado.

2. O candidato que consta de listagem de cadastro de reserva decorrente de aprovação em Processo Seletivo anterior fica ciente de que o referido cadastro perderá sua validade a partir da data de vencimento do Processo Seletivo do qual tenha participado.

3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

Campo Grande – MS, 16 de março de 2017.

Edgar Roberto Lemos de Miranda

Procurador de Justiça e Coordenador do CEAF

Presidente da Comissão

ANEXO I
COMARCAS E VAGAS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

COMARCA	CÓDIGO****		CURSO SUPERIOR (Nível Graduação)	VAGAS MATUTINO	VAGAS VESPERTINO	TOTAL DE VAGAS
	M	V				
CAMPO GRANDE	2000	3000	ADMINISTRAÇÃO	4 + CR	8 + CR	12 + CR
	2001	3001	ARQUITETURA E URBANISMO	1 + CR	1 + CR	2 + CR
	2002	3002	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CR	CR	CR
	2003	3003	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CR	CR	CR
	2004	3004	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	CR	CR	CR
	2005	3005	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	CR	CR	CR
	2006	3006	COMUNICAÇÃO/JORNALISMO	CR	1 + CR	1 + CR
	2007	3007	DIREITO	11 + CR	11 + CR	22 + CR
	2008	3008	ENGENHARIA AGRÔNOMICA	CR	CR	CR
	2009	3009	ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA	3 + CR	1 + CR	4 + CR
	2010	3010	ENGENHARIA CIVIL	1 + CR	1 + CR	2 + CR
	2011	3011	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	CR	CR	CR
	2012	3012	ENGENHARIA ELÉTRICA	1 + CR	1 + CR	2 + CR
	2013	3013	GEOGRAFIA	1 + CR	1 + CR	2 + CR
	2014	3014	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	CR	CR	CR
	2015	3015	TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS OU TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**	1 + CR	1 + CR	CR
	2016	3016	TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	1 + CR	1 + CR	2 + CR
	2017	3017	TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES***	CR	CR	CR
	2018	3018	SERVIÇO SOCIAL	2 + CR	2 + CR	4 + CR

COMARCA	CÓDIGO****		CURSO DE NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE	VAGAS MATUTINO	VAGAS VESPERTINO	TOTAL DE VAGAS
	M	V				
CAMPO GRANDE	1000	1001	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	CR	CR	CR

REGIÃO DE CAMPO GRANDE		
CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação) - Bacharéis em DIREITO		
COMARCA	CÓDIGO	VAGAS

ANASTÁCIO	4000	CR
AQUIDAUANA		3
BANDEIRANTES		CR
CAMPO GRANDE		89 + CR
DOIS IRMÃOS DO BURITI		CR
RIBAS DO RIO PARDO		1
SIDROLÂNDIA		2
TERENOS		CR
TOTAL DE VAGAS		95 + CR

REGIÃO DE DOURADOS		
CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação) - Bacharéis em DIREITO		
COMARCA	CÓDIGO	VAGAS
AMAMBAÍ	4001	2
ANGÉLICA		CR
BATAIPORÁ		CR
CAARAPÓ		2
DEODÁPOLIS		CR
DOURADOS		16
ELDORADO		1
FÁTIMA DO SUL		2
GLÓRIA DE DOURADOS		1
IGUATEMI		1
IVINHEMA		2
ITAPORÁ		1
ITAQUIRAI		CR
MARACAJU		2
MUNDO NOVO		2
NAVIRAÍ		3
NOVA ALVORADA DO SUL		1
NOVA ANDRADINA		3
PONTA PORÁ		5
RIO BRILHANTE		2
SETE QUEDAS	1	
TOTAL DE VAGAS		47 + CR

REGIÃO DE TRÊS LAGOAS		
CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação) - Bacharéis em DIREITO		
COMARCA	CÓDIGO	VAGAS
ÁGUA CLARA	4002	1
ANAUROLÂNDIA		1
APARECIDA DO TABOADO		2
BATAGUASSÚ		2
BRASILÂNDIA		1
CASSILÂNDIA		2
CHAPADÃO DO SUL		2
INOCÊNCIA		1
PARANAÍBA		3
TRÊS LAGOAS		8
TOTAL DE VAGAS		23 + CR

REGIÃO DE CORUMBÁ		
CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação) - Bacharéis em DIREITO		
COMARCA	CÓDIGO	VAGAS
CORUMBÁ	4003	7
TOTAL DE VAGAS		7 + CR

REGIÃO DE JARDIM		
CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação) - Bacharéis em DIREITO		
COMARCA	CÓDIGO	VAGAS
BELA VISTA	4004	1
BONITO		1 + CR
JARDIM		2
MIRANDA		2
NIOAQUE		1

PORTO MURTINHO	1
TOTAL DE VAGAS	8 + CR

REGIÃO DE SÃO GABRIEL DO OESTE		
CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação) - Bacharéis em DIREITO		
COMARCA	CÓDIGO	VAGAS
CAMAPUÁ	4005	1 + CR
COSTA RICA		2
COXIM		3
PEDRO GOMES		1
RIO NEGRO		1
RIO VERDE DE MATO GROSSO		1
SÃO GABRIEL DO OESTE		2
SONORA		CR
TOTAL DE VAGAS		11 + CR

COMARCA	CÓDIGO	CURSO SUPERIOR (nível Pós-Graduação)	TOTAL DE VAGAS
CAMPO GRANDE	5000	ADMINISTRAÇÃO	CR
	5001	ÁREA AMBIENTAL*****	CR
	5002	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	CR
	5003	ECONOMIA	CR
	5004	PSICOLOGIA	CR
	5005	SERVIÇO SOCIAL	CR

* CR – Cadastro de Reserva

** Também serão aceitos estudantes do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Tecnológico; Análise de Sistemas – Bacharelado; Engenharia de Software; Sistemas de Informação; Tecnologia em Sistemas para Internet; Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

*** Também serão aceitos estudantes do curso de Rede de Computadores – Tecnológico; Superior de Tecnologia em Rede de Computadores; Redes de Computadores.

**** M - código para estágio no período Matutino

V - código para estágio no período Vespertino

***** Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (Bacharelado), Geologia, Gestão Ambiental.

ANEXO II Do Conteúdo da prova

CURSOS de Nível Médio Profissionalizante

Língua Portuguesa – para o curso de Nível Médio Profissionalizante:

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação, “por que/porque”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição). Sintaxe: análise sintática. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

Matemática - para o curso de Nível Médio Profissionalizante:

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.

Conhecimentos Específicos do curso de Nível Médio Profissionalizante:

Técnico em Segurança do Trabalho

Ergonomia (ergonomia). Prevenção e controle de acidentes. Administração e legislação aplicadas. Segurança do trabalho. Higiene e Medicina do Trabalho. Tecnologia e prevenção de combate a incêndio e sinistros. Brigadas de incêndio/Planos de abandono. Todas as Normas Regulamentadoras. PPRA/Mapas de Risco. EPIs/EPCs. Vistorias e inspeções de segurança e de investigação de acidentes. Estatísticas de acidentes. CIPA/SIPAT.

CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa – para TODOS os cursos:

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação, “por que/porque”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição). Sintaxe: análise sintática. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

Noções de Informática – EXCETO para os candidatos dos cursos de nível superior em Ciências da Computação, Engenharia de Computação, Tecnologia em Produção Multimídia, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Redes de Computadores.

Noções básicas de comandos do sistema Operacional Windows; Gerenciamento de arquivos; Impressão; Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word, (formatação e configuração do texto, correção de documentos). Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações.

Noções de Direito – EXCETO para os candidatos do curso de Direito:

Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Das Funções Essenciais à Justiça; Administração Pública. Princípios informadores. Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

Conhecimentos Específicos dos cursos de nível superior:**ADMINISTRAÇÃO**

Teorias da administração: conceitos, fundamentos. Administração e organização: funções da administração – planejamento, organização, direção, controle; áreas de atuação da administração; funções e habilidades do administrador; eficiência, eficácia e efetividade; estrutura organizacional; hierarquia; comunicação; cultura e ambiente organizacional; ética – elementos, objetivos. Recursos humanos: recrutamento e seleção de pessoas, cargos e remuneração, avaliação de desempenho. Motivação. Liderança. Estruturas e Amplitude Administrativa.

ARQUITETURA E URBANISMO

Desenho arquitetônico. Desenho técnico. Noções básicas de legislação urbanística da PMCG. Noções básicas das Resoluções do CAU. Noções de Conforto Ambiental. Noções básicas de estruturas e métodos construtivos. Noções de projeto arquitetônico. Noções de sustentabilidade arquitetônica. Noções sobre redes de infraestrutura urbana. Noções de paisagismo. Noções sobre patrimônio histórico-cultural. História da arquitetura e urbanismo. Introdução e estruturas e métodos construtivos. Conhecimentos gerais em arquitetura e urbanismo; projeto de arquitetura – etapas de projeto. NBR 6492. NBR 9050 e noções de desenho universal. Noções de AutoCad e maquete eletrônica. Noção de quantificação de materiais e orçamento de obra. Perícia: o que é perícia; como se instala o processo de perícia; quesitos e laudos técnicos. Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano).

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Noções de Metodologia Científica, Ecologia, Noções de Geolocalização, Biogeografia do Mato Grosso do Sul, Botânica e Zoologia (ênfase em biodiversidade), Lei Federal nº 9.985/2000, Lei Federal nº 12.651/2012.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional): Proposições simples e compostas; Tabelas verdade; Equivalências; Diagramas lógicos. Matemática Financeira: regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples e compostos. Noções de contabilidade: Conceito de contabilidade; Princípios fundamentais da contabilidade; Patrimônio; Técnicas contábeis; Livros empresariais e fiscais; Escrituração Contábil, Contas, Lançamento Contábil – Despesa, Receita e Apuração do Resultado. Licitação e Contratos Lei 8.666/93: Capítulo I – Das Disposições Gerais, Seção I: Dos Princípios, Seção II: Das Definições; Capítulo II – Da Licitação, Seção I: Das Modalidades, Limites e Dispensa, Seção II: Da Habilitação; Capítulo VI – Disposições Finais e Transitórias. Noções de Administração Financeira e Orçamentária – Lei 4.320/64: Título IV – Do Exercício Financeiro; Título V – Dos Créditos Adicionais; Título IX – Da Contabilidade, Capítulo I – Das Disposições Gerais, Capítulo II – Da Contabilidade Orçamentária e Financeira, Capítulo IV – Dos Balanços. Lei nº 6.404/1976: Capítulo XV – Exercício Social e Demonstrações Financeiras.

CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO, TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES (ou Rede de Computadores – Tecnológico; Superior de Tecnologia em Rede de Computadores; Redes de Computadores)

Conceitos básicos de computação. Componentes de um computador (hardware e software). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistemas operacional Windows. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de Comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos de Rede Local.

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Noções de economia: Conceituação básica; Evolução do pensamento econômico. Noções de Microeconomia: Análise da Demanda; Análise da Oferta; Equilíbrio de mercado; Estrutura de Mercado, Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência monopolística, Oligopólio. Noções de Macroeconomia: Metas da Política Macroeconômica; Instrumentos da Política Macroeconômica; Fluxo Circular da Renda – Famílias e Firms; Demanda Agregada; Oferta Agregada. Noções de Economia do Setor Público: Bens Públicos; Externalidades; Monopólios Naturais.

COMUNICAÇÃO/JORNALISMO

Código de Ética do Jornalista Brasileiro. Reportagem. Notícia. Entrevista. Linguagens e técnicas de redação e edição para TV, rádio, internet, revista e jornal. Pauta. Gêneros jornalísticos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e charge. Conceito, rotinas e produtos de uma assessoria de comunicação. Conceitos e características das redes sociais.

DIREITO

Direito Constitucional: Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Das Funções Essenciais à Justiça; Administração Pública. Princípios informadores.

Legislação Institucional: Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994); Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010;

Direito Penal: Código Penal (Parte Geral); - Da aplicação da lei penal; - Do Crime; - Da imputabilidade penal; - Do concurso de pessoas; - Das espécies de pena.

Direito Processual Penal: Código de Processo Penal: Do Inquérito Policial. Da Ação Penal. Da Competência. Da Prova. Do Juiz e do Ministério Público; do acusado, do seu defensor, do assistente e dos auxiliares da justiça. Da Prisão e Da Liberdade Provisória. Das Citações e Intimações. Denúncia. Dos processos em espécie: Procedimento Comum Ordinário. Procedimento Comum Sumário. Procedimento Sumaríssimo. Procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Dos Recursos em Geral.

Direito Civil: Código Civil: Parte Geral do Código Civil: das pessoas; dos bens e dos fatos jurídicos; Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942).

Processo Civil: Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015): Teoria Geral do Processo; Do processo de conhecimento: da jurisdição e da ação; das partes e dos procuradores; do Ministério Público; dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça; dos atos processuais; da formação, da suspensão e da extinção do processo; do processo e do procedimento; do procedimento ordinário. Lei da Mediação (Lei Federal nº 13.140/2015).

ENGENHARIA AGRONÔMICA

Noções de Solos: Conceitos; Elementos minerais; Propriedades físicas e químicas; Fertilidade; Matéria orgânica; Amostragem dos solos - análise e interpretação dos resultados. Manejo e conservação; Erosão; Capacidade de uso; Relações solo-água-clima-planta; Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. **Noções de Agrotóxicos:** Receituário agrônomo; Uso correto e seguro de agrotóxicos; Armazenamento; Transporte; Descarte e destinação final das embalagens vazias; Legislação dos agrotóxicos. **Meio Ambiente:** Estudos Ambientais; impactos; medidas mitigadoras e compensatórias; Ecologia; Legislação Ambiental (Federal e Estadual); Agroecologia; Biodiversidade; Degradação ambiental; Efeitos da urbanização; Recuperação de áreas degradadas; A vegetação na estabilidade de encostas; Bacias Hidrográficas: conceitos, caracterização e manejo; Outorga de águas. **Noções de Florestas:** Conceitos; Sucessão ecológica; Formações vegetais - Bioma Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica; Florestas plantadas; Manejo florestal sustentado; Noções de Inventário Florestal; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal); Adubação, irrigação, controle de pragas e tratamentos culturais em mudas nativas. **Noções de Engenharia Rural:** Máquinas e Mecanização Agrícola; Fundamentos de topografia; Construções e instalações rurais; irrigação e drenagem; Avaliação de imóveis rurais. **Noções de Criação de animais:** Pecuária, suinocultura e piscicultura; Higiene das instalações; Manejo de dejetos. **Noções de Sementes:** Secagem, beneficiamento e armazenamento de sementes e grãos. **Grandes Culturas:** Preparo do solo, plantio, técnicas culturais, colheita e pós-colheita. **Noções de Pastagens:** Manejo, técnicas culturais, gramíneas e leguminosas. **Noções de Geoprocessamento.**

ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA

Noções de geotecnologias: sistema de posicionamento global (GPS), noções básicas de escalas e sistemas de projeção, coordenadas, dados vetoriais e dados raster, sistema de informações geográficas (SIG) e sensoriamento remoto. Noções de hidrologia: bacias hidrográficas e ciclo hidrológico. Sistemas urbanos de abastecimento de água: mananciais, tratamento de água, padrões de potabilidade. Sistemas urbanos de esgotos sanitários: características físico-químicas e bacteriológicas dos esgotos sanitários, alternativas de tratamento de esgotos. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos: caracterização e classificação dos resíduos sólidos, alternativas de tratamento e disposição final. Noções de Controle de poluição solo ar e água. Legislação ambiental aplicada: Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, Resolução nº 237/97 – CONAMA;

Resolução nº 357/2005 - CONAMA, Resolução nº 430/2011- CONAMA, Portaria MS 2914/2011, NBR 10004/2004; Deliberação CECA/MS nº 36, de 27 de junho de 2012; Lei nº [9.433/1997](#); Lei nº [6.938/1981](#); Resolução SEMAC nº 008, de 31 de maio de 2011; Lei nº [12.651/2012](#); Decreto Federal nº 7830/2012, 8235/2014; Resolução SEMAC nº 11/2014 e Decreto Estadual nº 13.977/2014. Legislação cartográfica: Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984; Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008.

ENGENHARIA CIVIL

Fundamentos de economia e administração; Desenho técnico; Topografia; Geologia; Mecânica dos Solos; Obras de terra; Ciência e tecnologia dos materiais de construção civil; Impermeabilização e Isolamento térmico; Resistência dos materiais; Estudos das estruturas isostáticas; Eletricidade; Instalações elétricas prediais; Ciências do ambiente; Hidrologia; Fenômenos de transporte; Hidráulica; Legislação, ética profissional e cidadania.

ENGENHARIA ELÉTRICA

Circuitos elétricos em regime permanente: Bipolos; Leis de Kirchhoff; Associação de Bipolos; Fontes de Tensão e Corrente. Circuitos de corrente contínua: Métodos Clássicos para Resolução de Circuitos: nodal e por malha. Circuitos de corrente alternada: Valor Eficaz; Conceito de impedância e admitância; Potência complexa; Fator de potência. Sistemas Trifásicos: Relações entre grandeza de fase e de linha; Conversão Delta-Y e Y-Delta; Potência em Sistema Trifásico Simétrico e Equilibrado: aparente, ativa, reativa; Fator de potência. Fundamentos de Luminotécnica. Projeto de Instalações Elétricas Prediais em baixa tensão: Divisão da Instalação em Circuitos de Iluminação e Força; Dimensionamento de Condutores de Circuitos Terminais; Dimensionamento de eletrodutos; Dimensionamento da Proteção de Circuitos Terminais; Elaboração do Quadro de Cargas, dos Diagramas Unifilar e Trifilar; Elaboração da Lista do Material. ABNT NBR 5410:2004. Desenho técnico auxiliado por computador: Formato de Papel; Carimbo; Escalas; Cotas. Noções de AutoCad. Noções de NR10.

GEOGRAFIA

Fundamentos de cartografia: conceitos, sistemas de coordenadas, projeções cartográficas, erro gráfico e escala, mapas, cartas e plantas. Fundamentos de cartografia temática. Sistemas de informações geográficas (SIG): conceitos fundamentais, dados vetoriais e dados raster, banco de dados georreferenciados. Sistema de posicionamento global (GPS). Noções básicas de sensoriamento remoto.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Briefing e planejamento: Como sistematizar a informação; Função do briefing; Comparação entre um briefing e um plano publicitário; Noções básicas de planejamento de campanhas publicitárias; Comunicação estratégica e tática; Ações publicitárias; 4 p's - tarefas da publicidade no mix de promoção. Planejamento visual: Princípios básicos; Divisão harmoniosa do formato para composição; Simetria; Ponto de atenção; Composição dinâmica; Proporção; Equilíbrio (princípio da balança); Movimento; Unidade; Contraste. Planejamento editorial: Ilustração, cores, técnicas de impressão, criação de projeto gráfico e visual de publicação. Direção de arte: Finalidades de um layout; Criação para mídia impressa; Elementos estruturais do anúncio impresso; Pré-requisitos para a eficiência de um anúncio como peça publicitária. Criação de peças publicitárias; Processo criativo; Dupla de criação. Técnicas de produção gráfica: Finalização de arquivos para impressão; Processos de impressão e acabamento; Uso de cores no produto impresso; Papel: qualidade, usos e dimensões. Redação publicitária: Classificação de títulos; Linguagem e adequação: relação texto e imagem. Tipologia: Concordância, conflito e contraste; Categorias de tipos – tipo de fontes; Combinando e escolhendo fontes. Softwares: Adobe Master Collection C55, C56 (Illustrator; Photoshop; Indesign); Corel Drawn (noções básicas).

TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS OU TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Tecnológico; Análise de Sistemas – Bacharelado; Engenharia de Software; Sistemas de Informação; Tecnologia em Sistemas para Internet; Análise e Desenvolvimento de Sistemas)

Informática: conceitos básicos; conceitos fundamentais sobre processamento de dados; organização, arquitetura e componentes funcionais (hardware e software) de computadores; organização lógica e física de arquivos. Internet: World Wide Web, padrões da tecnologia Web, intranets. Sistemas operacionais: características dos sistemas operacionais; sistemas operacionais de redes; interoperação de sistemas operacionais; funções e tipos de sistemas operacionais. Conceito de sistemas operacional Windows.

TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO MULTIMÍDIA

Informática: conceitos básicos; conceitos fundamentais sobre processamento de dados; organização, arquitetura e componentes funcionais (hardware e software) de computadores; organização lógica e física de arquivos. Internet: World Wide Web, padrões da tecnologia Web, intranets. Sistemas operacionais: características dos sistemas operacionais; sistemas operacionais de redes; interoperação de sistemas operacionais; funções e tipos de sistemas operacionais. Conceito de sistemas operacional Windows e LINUX.

SERVIÇO SOCIAL

Fundamentos históricos, teóricos e ético-políticos do Serviço Social; Trabalho e Sociabilidade; Política Social; Questão Social; Ética e Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social e Lei que Regulamenta a Profissão. Gestão social. Instrumentalidade do Serviço Social. Estratégias e técnicas em Serviço Social: estudo social, técnicas de entrevistas, elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais. Trabalho em rede e trabalho com famílias. Relação de gênero, étnicas e Serviço Social. Políticas Sociais: Saúde, Assistência Social, Previdência, Educação e Habitação. Direitos Sociais: Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto da Juventude, Lei Maria da Penha e Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência.

CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO

Língua Portuguesa – para TODOS os cursos:

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação, “por que/porque”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição). Sintaxe: análise sintática. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

Noções de Informática - **EXCETO para os candidatos graduados na área de conhecimento: Desenvolvimento de Sistemas**

Noções básicas de comandos do sistema Operacional Windows; Gerenciamento de arquivos; Impressão; Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word (formatação e configuração do texto, correção de documentos). Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações.

Noções de Direito – **EXCETO para os candidatos bacharéis em Direito**

Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Das Funções Essenciais à Justiça; Administração Pública. Princípios informadores. Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

BACHARÉIS EM DIREITO

Direito Constitucional: Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Das Funções Essenciais à Justiça; Administração Pública. Princípios informadores.

Direito Penal: Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal (art. 5º, incisos XXXIX a XLVII – Constituição Federal). Código Penal (**Parte Geral**). Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. **Parte Especial.** Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra os costumes. Crimes contra a administração pública.

Direito Processual Penal: Código de Processo Penal. Princípios processuais. Persecução penal. Notícia do crime. Polícia e investigação. Inquérito policial. Ação penal pública. Ação penal privada. Jurisdição penal. Competência. Processo. Pressupostos processuais. Relação jurídica processual. Sujeitos processuais. Instrução criminal. Do ônus da prova. Das provas em espécie. Atos ordenatórios e decisórios. Medidas assecuratórias. Processo penal cautelar. Das medidas cautelares em espécies. Procedimentos. Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos recursos.

Direito Civil: Código Civil: Parte Geral do Código Civil: das pessoas; dos bens e dos fatos jurídicos; Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942). Parte especial: do direito de família e do direito das sucessões.

Processo Civil: Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015): Teoria Geral do Processo; **Do processo de conhecimento:** da jurisdição e da ação; das partes e dos procuradores; do Ministério Público; dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça; dos atos processuais; da formação, da suspensão e da extinção do processo; do processo e do procedimento; do procedimento ordinário; do processo nos tribunais; dos recursos. **Do processo de execução:** da execução em geral; das diversas espécies de execução; dos embargos do devedor; da execução por quantia certa contra devedor insolvente; da suspensão e da extinção do processo de execução. Do processo cautelar: das medidas cautelares. **Dos procedimentos especiais:** dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa; dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Das disposições finais e transitórias, NCPC.

Legislação Especial: Lei das contravenções penais (Decreto-Lei nº. 3.688/41). Lei de execução penal (Lei nº. 7.210/84). Lei dos crimes hediondos (Lei nº. 8.072/90). Lei da prisão temporária (Lei nº. 7.960/89). Lei de Drogas (Lei nº. 11.343/06). Lei de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Lei nº. 11.340/06). Crimes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº. 9.503/97). Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429/92). Lei dos juizados especiais estaduais (Lei nº. 9.099/95). Estatuto da criança e do adolescente (Lei nº. 8.069/90). Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994); Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010. Lei da Mediação (Lei nº. 13.140/ 2015).

Graduados na área de conhecimento: ADMINISTRAÇÃO

Fundamentos da Administração. História da Administração: Os primórdios da Administração; Os precursores da Administração; abordagens históricas das escolas e teorias da Administração: clássica; humanística; estruturalista; neoclássica; comportamental; sistemática. Participação dos estudiosos brasileiros. Os processos organizacional e administrativo. Elementos da organização. Princípios e funções da Administração: planejamento; organização; direção; coordenação; controle; e outros. Gráficos de organização: tipos, construção e aplicação. A estruturação, a departamentalização, o agrupamento de atividades, as linhas e níveis de autoridade e de subordinação. Formulários: uso, padronização, controle e partes componentes. Área da Administração: Administração Geral; Administração de Recursos Humanos; Administração de Material; Administração de Produção; Administração Financeira; Organização, Sistemas e Métodos; Informática; Administração de Projetos; e outras. Código de Ética do Administrador. Noções de Direito Administrativo; Da administração pública; poderes da administração pública; atos administrativos; do controle administrativo; improbidade administrativa; lei de responsabilidade fiscal; Lei de Licitações e contratos Públicos Lei 8.666/1993.

Graduados na área de conhecimento: AMBIENTAL

Poluição das águas, solo, sonora e do ar: causas, efeitos e medidas de controle. Microbiologia ambiental. Zoneamento Ecológico Econômico. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Área de Preservação Permanente e Reserva Legal. Indicadores ambientais: conceitos e aplicações. Licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental: conceitos básicos, metodologias de avaliação, identificação dos impactos, programas ambientais, medidas de mitigação e compensatórias. Sistema de Gestão Ambiental Série ISO 14000. Constituição Federal/1988: art. 225. Política Nacional de Meio Ambiente Lei nº 6.938/1981. Código Florestal Lei nº 12.651/2012. Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010. Sistema Nacional de Unidades de Conservação nº 9.985/2000. Política Nacional de Recursos Hídricos Lei nº 9.433/1997. Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999. Crimes Ambientais Lei nº 9.605/1998. Legislação Estadual: Lei nº 2.080/2000; Lei nº 2.257/2001; Lei nº 2.406/2002; Lei nº 3.480/2007; Lei nº 3.608/2008; Lei nº 3.886/2010; Lei nº 3.992/2010; Lei nº 4.488/2014. Resolução CONAMA: nº 1/1990; nº 8/1990; nº 305/2002; nº 358/2005; nº 357/2005; nº 382/2006; nº 397/2008; nº 420/2009; nº 430/2011.

Graduados na área de conhecimento: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Desenvolvimento de Sistemas: Metodologias de desenvolvimento; Análise essencial; Análise e projetos orientados a objeto com UML; Emprego de Ferramentas CASE; Ciclo do software; Reengenharia de sistemas; Gerência de Projetos; Projeto de análise de requisitos e estudo de viabilidade de sistemas; Prototipação de sistemas; Plano de testes e qualidade de sistemas; Qualidade de software; RUP – Rational Unified Process; Métricas de software e análise de pontos de função. Linguagens de Programação: Tipos de dados elementares e estruturados; Funções e procedimentos; Estruturas de controle de fluxo; Programação orientada a objetos; Linguagem e ambiente de desenvolvimento plataforma.NET; Linguagens de programação: Visual Basic, VB for Applications, C++, ASP, PHP, Java, Javascript, VBScript; Padrões Sintáticos XML e http; Algoritmos e estrutura de dados e objetos; Documentação. Comunicação de Dados e Arquitetura de Redes: Serviços de comunicação de dados; Meios de transmissão; Topologias de redes de computadores; Elementos de interconexão de redes de computadores (hubs, repetidores, switches, roteadores); Protocolos de redes de computadores; Modelo de referência OSI; Modelo de referência TCP/IP; Protocolos TCP/IP; Endereçamento IP; Protocolos de roteamento RIP e RIP II; Gerenciamento de sites WWW (World Wide Web); Projeto de redes TCP/IP; Comunicação sem fio. Sistemas Operacionais: Conceitos de sistemas operacionais; Sistemas de Arquivos; Serviços de rede em ambiente Windows: Active Directory, IIS, DNS, WINS, DHCP, Grupos de Usuários e Unidades Organizacionais, Domínios, Sites, Diretivas de Grupo, servidor de arquivos, servidor de impressão, backup, ISA Server; Banco de Dados: Modelagem conceitual de dados; Projeto Lógico de Banco de Dados; Projeto Físico de Banco de Dados; Segurança em Banco de Dados; Operações de Banco de Dados SQL Server; Administração de Banco de Dados SQL Server; Linguagem de definição e manipulação de dados SQL ANSI (American National Standards Institute); DDL - Data Definition Language; DML - Data Manipulation Language; DCL - Data Control Language; Abstração de dados.

Graduados na área de conhecimento: ECONOMIA

Microeconomia: Teoria da Demanda; Elasticidade-preço e Renda da Demanda; Produção: Teoria, Funções e Custos; Maximização de Lucros; Oferta de Produtos; Teoria dos Mercados: Funções Demanda e Oferta e Equilíbrio do Mercado; Oferta, Demanda e Preços em Concorrência Perfeita, Oligopólio, Monopólio e Concorrência Imperfeita; Preços Mínimos; Tabelamento; Impostos sobre Vendas e Subsídios; Controle Governamental da Economia. Macroeconomia: Agregados Macroeconômicos e Cálculo do Produto Nacional e da Renda Nacional; Produto Real e Nominal. Equilíbrio: Teoria Clássica e Keynesiana; Oferta e Demanda Agregada; Renda Nacional de Equilíbrio; o Multiplicador dos Investimentos. Política Fiscal; Política Monetária: Moeda; Crédito; Taxa de Juros; Inflação (conceito, distorções e causas); Política Anti-inflacionária. Balanço de Pagamentos; Taxa de Câmbio e Política Cambial. Lei Federal 4.320, de 1964, e Lei Complementar Federal n. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Graduados na área de conhecimento: PSICOLOGIA

Avaliação psicológica; Elaboração de documentos escritos em Psicologia; Transtornos mentais (CID-10); Elaboração de projetos e pesquisas em Psicologia; Teorias psicológicas; Intervenção preventiva em saúde mental; A prática profissional

do psicólogo no serviço público de assistência social nos diferentes níveis de intervenção (CRAS/ CREAS / ABRIGOS); Técnicas e abordagens psicoterápicas individual e grupal: infantil, adolescente, adulto e família; Aconselhamento e orientação psicológica; Psicoterapia breve; Aspectos legais sobre Auxílio- doença, acidente de trabalho – Aposentadoria por invalidez; Estatuto do Idoso; Desenvolvimento humano; Atuação em equipe multidisciplinar e interdisciplinar; Políticas Públicas em saúde mental; Integração de políticas públicas - saúde e assistência social; O psicólogo nos diferentes níveis de intervenção (baixa, média e alta complexidade). Ética Profissional.

Graduados na área de conhecimento: SERVIÇO SOCIAL

Fundamentos históricos, teóricos e ético-políticos do Serviço Social; Trabalho e Sociabilidade; Política Social; Questão Social; Ética e Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social e Lei que Regulamenta a Profissão. Gestão social. Instrumentalidade do Serviço Social. Estratégias e técnicas em Serviço Social: estudo social, técnicas de entrevistas, elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais. Trabalho em rede e trabalho com famílias. Relação de gênero, étnicas e Serviço Social. Políticas Sociais: Saúde, Assistência Social, Previdência, Educação e Habitação. Direitos Sociais: Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto da Juventude, Lei Maria da Penha e Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência.

ANEXO III

Entidades de Ensino conveniadas com o Ministério Público do Estado de MS

Universidade/Faculdade/Instituto
1. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS;
2. Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul - FUNEC - Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul;
3. Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande;
4. Universidade Anhanguera - UNIDERP;
5. Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande – UNAES;
6. Faculdades Integradas de Ponta Porã –FIP - MAGSUL;
7. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD;
8. Faculdade de Educação de Costa Rica – FECRA;
9. Associação de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul - AESMS;
10. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB;
11. Sociedade de Ensino Superior Toledo LTDA – UNITOLEDO;
12. Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO; FACSUL
13. Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina - FINAN – FACINAN;
14. Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN;
15. Universidade Paranaense – UNIPAR;
16. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS;
17. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS;
18. Faculdade de Amambai – FIAMA (ASSEAMA);
19. Faculdade Salesiana de Santa Teresa – FSST;
20. Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS;
21. Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE;
22. Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV
23. Faculdades Integradas de Paranaíba – FIPAR;
24. Grupo Educacional Uniesp de Presidente Epitácio - FAPE
25. Faculdade de Educação, Tecnologia de Administração de Caarapó – FETAC;
26. Instituto de Ensino Superior da Funlec – IESF;
27. Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO;
28. Universidade Unic Rondonópolis – Floriano Peixoto;
29. Universidade Unic Rondonópolis – Arnaldo Estevão;
30. Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí – FACINAV
31. Faculdade de Tecnologia – FATEC SENAI CAMPO GRANDE

Observação: Os estudantes matriculados em Instituição de Ensino que não consta neste anexo, deverão entrar em contato pelo e-mail ceaf@mpms.mp.br ou pelo número (67) 3318-8994.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS
NOME DO CANDIDATO:

Nº DA INSCRIÇÃO:	DOCUMENTO DE IDENTIDADE:	CPF nº:	TELEFONE PARA CONTATO:
CANDIDATO AO CARGO:		EDITAL Nº: EDITAL N.º 001/2017-XXPSE-MPE/MS	
LOCAL ONDE FOI CONVOCADO PARA REALIZAR A PROVA: Nome da Cidade em que vai realizar a prova			
Senhor Presidente da Comissão do Concurso: O(A) candidato(a) acima identificado(a), concorrendo a uma vaga destinada aos acadêmicos do Curso de Nível do Curso em Nome do Curso , vem requerer a V. Sª. que lhe sejam concedidas condições especiais para realizar a prova escrita, em virtude de:			
1. INSCRITO COMO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA:			
<input type="checkbox"/> Facilidade para acesso ao local de prova, por usar equipamento que impede subir escadas; <input type="checkbox"/> Confecção de prova especial ampliada, por ter deficiência visual (amblíope); <input type="checkbox"/> Ledor de prova com tempo adicional; <input type="checkbox"/> Intérprete de Libras, com tempo adicional; <input type="checkbox"/> Intérprete de Libras.			
2. NECESSITAR DE ACOMPANHANTE PARA AMAMENTAR SEU BEBÊ:			
Nome completo da pessoa que irá acompanhar o bebê para ser amamentado: _____, nº do RG _____ / _____, emitido por _____.			
Observação: O original do documento informado deverá ser apresentado no dia da prova.			
3. ESTAR TEMPORARIAMENTE COM PROBLEMAS GRAVES DE SAÚDE:			
Que o impossibilita realizar a prova escrita em condições normais, por estar [] acidentado [] operado [] outros, de acordo com atestado anexo, necessitando que lhe sejam disponibilizadas, no local de realização das provas escritas, as seguintes condições:			
Nestes termos, pede deferimento. Nome da Cidade, ____ de _____ de 2017. <div style="text-align: right;">Assinatura do(a) candidato(a)</div>			

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA O XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL			
O candidato abaixo identificado, tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 3.201/2006, e Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de 2003 e nº 11.238, de 29 de maio de 2003, bem como o amparado pela Lei Estadual nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, requer que lhe seja concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição no processo de seleção, aberto pelo EDITAL N.º 001/2017-XXPSE-MPE/MS para os acadêmicos do Curso de Nível do Curso em Nome do Curso .			
1. DADOS PESSOAIS DO CANDIDATO			
Nome:			
Filiação:			
Estado Civil:	Data de Nascimento:	RG Nº:	CPF:
Endereço Residencial:			
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone Residencial:		Quantidade de pessoas que residem com o candidato	
2. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA FAMÍLIA:			
NOME	FONTE PAGADORA	PARENTESCO	SALÁRIO MENSAL

PARENTESCO: Indicar o próprio candidato e o cônjuge, pai, mãe, avô, avó, tios, irmãos, filhos, netos, etc.			
DOCUMENTOS ANEXADOS AO PRESENTE REQUERIMENTO:			
_____ Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS			
_____ Cópia da publicação do ato que o desligou do serviço público			
_____ Título de eleitor de cartório de circunscrição eleitoral do Estado,			
_____ Cópia autenticada de uma conta de cobrança de serviços públicos (luz, água ou telefone);			
_____ Comprovante de vínculo empregatício, que conte setecentos e trinta dias ou mais.			
O candidato declara, sob as penas da lei e da perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, serem verdadeiras as informações, os dados e os documentos apresentados, prontificando-se a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.			
Em, _____ de _____ de 2017.			
Assinatura do Candidato			

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGA PARA NEGRO OU INDÍGENA

DECLARAÇÃO
Eu, _____, (Nome Completo do(a) Candidato(a)) Candidato(a) a uma das vagas destinadas aos acadêmicos do Curso em Nível do Curso em Nome do Curso , documento de identidade nº: _____, Órgão expedidor: _____, emitido em _____, CPF n.: _____, Protocolo nº.: _____. (Número de Protocolo de inscrição)
DECLARO estar ciente que no ato da inscrição devo declarar ser negro ou indígena sob pena de não concorrer pela reserva de vagas.
DECLARO estar ciente que participarei do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
DECLARO ser negro ou indígena, para fim que me seja assegurado o direito à vaga prevista no item “2”, Capítulo V do EDITAL N.º 001/2017- XXPSE-MPE/MS, do XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DECLARO , ainda, estar ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.
Nome da Cidade, _____ de _____ de 2017.
Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE NÃO FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins de direito, que não pertencço a diretório de partido político.

Nome da cidade (Estado), ____/____/____.

Nome do(a) Estagiário(a):

ANEXO VIII**BACHARÉIS EM DIREITO - ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

ÁREA JURIDICA
Direito Administrativo
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Constitucional
Direito da Cidadania e Fundações
Direito da Criança e do Adolescente
Direito da Moralidade Administrativa
Direito de Execução Penal
Direito de Família
Direito Difusos e Coletivos
Direito do Consumidor
Direito do Estado
Direito do Idoso
Direito Eleitoral
Direito Eletrônico ou Digital
Direito Falimentar
Direito Financeiro
Direito Imobiliário
Direito Internacional
Direito Legislativo ou do Processo Legislativo
Direito Militar
Direito Municipal
Direito Penal
Direito Processual Civil
Direito Processual Penal
Direito Público, exceto Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário
Direito Registral e Notarial
Direito Sanitário
Direito Tributário ou Fiscal
Direito Urbanístico
Direitos Humanos e Cidadania
OUTRAS ÁREAS
Cidadania
Ciências Penais ou Criminais
Ciências Políticas
Consumidor
Criminalística
Criminologia
Filosofia do Direito
Hermenêutica Jurídica
História do Direito
Idoso
Infância e Juventude
Medicina Legal
Meio ambiente
Política criminal
Psicologia criminal
Psicologia Jurídica
Sociologia criminal
Sociologia Jurídica
Teoria Geral do Direito

ANEXO IX

CRONOGRAMA DOS EVENTOS PRINCIPAIS DO XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
DATA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
20/03 a 08/05/2017	Período de inscrição
20/03 a 09/05/2017	Período de pagamento das inscrições
20 a 28/03/2017	Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição
28/05/2017	Prova escrita
jul/2017	Resultado da prova escrita e dos recursos do gabarito
jul/2017	Publicação do resultado recursos resultado da prova escrita
jul/2017	Publicação do Resultado e Classificação Final

Eventual alteração das datas previstas será previamente comunicada aos candidatos através de edital.

EDITAL Nº 06/2017-PJ-Itq

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, **CONVOCA** as candidatas Caroline Lopes Barbosa (1º lugar) e Danielle Mendes Muniz (2º lugar), dentre os candidatos aprovados, referente ao Edital 01/2016 PJ-Itq, para, no prazo de 5(cinco) dias úteis, apresentar na Promotoria de Justiça de Itaquiraí/MS, situada na Av. Mato Grosso, 350, com horário de funcionamento das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, os documentos necessários para sua contratação, abaixo relacionados. A não apresentação dos documentos no prazo estipulado, ou a ausência de justificativa por parte da candidata convocada, implicará em sua desistência.

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

(Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.)

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;

III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;

V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ.

VI – declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII - atestado de exame ABO-RH;

VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;

IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes;

X – Ficha de cadastro preenchida em todos os campos e assinada.

Itaquiraí/MS, 15 de março de 2017

a) Letícia Rossana Pereira Ferreira

Promotora de Justiça em Substituição Legal

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL N.º 001/2017/PJNA – ENSINO MÉDIO - Nova Andradina

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Nova Andradina, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, **COMUNICA** aos ALUNOS do ENSINO MÉDIO REGULAR a **abertura das inscrições**

para **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, na Comarca de Nova Andradina, conforme disposições abaixo:

I – Das Informações Gerais

O estágio compreende o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994, modificado pela Lei Estadual n. 133, de 15 de abril de 2009, em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório estão regulamentados na **Resolução n. 015/2010-PGJ**, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça n. 2247 (fls. 245-250), de 30.7.2010, disponível no portal www.mpms.mp.br, *link* MAIS – CEAf – Estagiários – Resolução.

Poderá inscrever-se e participar do processo seletivo classificatório o aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no Ensino Médio, **EXCETO DO SEGUNDO SEMESTRE DO TERCEIRO ANO** (haja vista a proximidade da conclusão do curso e a necessidade de cumprir pelo menos 1 (um) semestre de estágio), bem como **deverá possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos na data de assinatura do termo de compromisso do estágio**.

De acordo com a Resolução nº 001/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, a carga horária será de 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais, com bolsa mensal na importância de R\$ 646,88 (seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

O estagiário também terá direito a auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia efetivamente estagiado, considerando-se a tarifa fixada na Capital como valor de referência, conforme Resolução nº 003/2012-PGJ, de 15 de fevereiro de 2012.

O período de vigência do contrato de estágio terá no **mínimo 6 (seis) meses** e no **máximo 2 (dois) anos**.

II – Das Vagas

O presente processo seletivo visa à formação de cadastro de reserva para vaga de estágio na Comarca de Nova Andradina para o fim de suprir as vagas que surgirem durante o seu prazo de validade.

III – Da Seleção

A seleção se dará por meio de prova escrita em que será avaliado conforme o conteúdo programático constante no Anexo I do presente Edital.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver o percentual correspondente a 50% ou mais do total de pontos da prova.

IV - Das Inscrições

As inscrições estarão abertas no período de **27/03/2017 a 31/03/2017** e serão realizadas na sede das Promotorias de Justiça de Nova Andradina, situada na São José, nº 564, Centro, CEP: 79.750-000, Telefone: (67) 3441-1840 ou (67) 3441-5762, **das 8h às 11h e 13h às 17h**;

Para inscrição, o candidato deverá apresentar a **ficha de inscrição** devidamente preenchida, disponível na sede das Promotorias de Justiça de Nova Andradina, cópia da Cédula de Identidade e CPF;

A inscrição do candidato no Processo Seletivo implica no pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e na Resolução n. 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

V – Das Provas

A prova escrita será de caráter eliminatório e classificatório, contendo uma redação dissertativa, à qual se atribuirá até 4,0 (quatro) pontos. A dissertação deverá conter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 30 (trinta) linhas e abrangerá domínio correto da norma padrão da Língua Portuguesa e de suas estruturas (adequação vocabular, ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação), bem como a capacidade de exposição do pensamento e o poder de argumentação e convencimento do candidato.

A prova escrita terá duração de 03 (três) horas e compreenderá, além da redação, 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha, cada questão conterá cinco alternativas, sendo que apenas uma será considerada correta, a cada questão será atribuído valor de 0,20 (zero vírgula dois décimos), totalizando 6,0 (seis) pontos, além da prova de redação que valerá até 4,0 (quatro) pontos conforme especificado abaixo:

CURSO	PROVAS OBJETIVAS	N.º DE QUESTÕES
Ensino Médio	Língua Portuguesa	15
	Matemática	10
	Informática	05

A prova será realizada no **dia 09.04.2017 (domingo)**, com início às **08h00min (horário oficial do Estado)** e com duração de **03 (três) horas**, com término previsto às **11h**, na **UNIÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS – UNIESP**, localizada na **Avenida Antonio Joaquim de Moura Andrade, nº 910, Centro, nesta cidade**;

O candidato deverá se apresentar no local das provas com **30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início**, portando documento de identificação com foto, bem como lápis, borracha e caneta esferográfica de cor azul ou

preta.

Não terá acesso ao local de provas o candidato que se apresentar após o horário de início da prova e/ou que não estiver portando documento de identificação com foto.

Não será permitida a comunicação entre os candidatos, consultas a materiais ou a utilização de qualquer meio ou aparelho que permita armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão, a exemplo de telefones celulares, *paggers*, agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e outros de mesma natureza, sob pena de eliminação do candidato.

Quando da realização da prova, o candidato deverá preencher seus dados pessoais, assinar o formulário e, ao final, entregar a folha de respostas devidamente identificada e preenchida, com a consignação de apenas uma resposta para cada questão, sem rasuras ou borrões, sob pena de anulação das questões indevidamente marcadas.

Os 03 (três) últimos candidatos aguardarão o término das provas em conjunto, retirando-se da sala após a entrega simultânea da folha de respostas e assinatura da Ata de Sala.

VI – Do Resultado e da Classificação

O resultado e a classificação, observado o disposto no item III, em ordem decrescente, serão publicados por meio de Edital no átrio do edifício das Promotorias de Justiça de Nova Andradina e no portal do Ministério Público Estadual (www.mpms.mp.br) no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP.

Em caso de empate na classificação, o desempate será feito com a observância dos seguintes critérios e nesta ordem: (1) o de maior nota na redação; (2) maior nota na disciplina de português; (3) maior nota na disciplina de matemática; (4) em favor do candidato de maior idade; (5) o mais adiantado do Ensino Médio. Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

O acompanhamento das publicações e convocações divulgadas na sede das Promotorias de Justiça de Nova Andradina e nos endereços eletrônicos e Diário Oficial do Ministério Público - DOMP é de inteira responsabilidade do candidato.

VII – Dos Recursos

Mediante requerimento do interessado, dirigido ao órgão que aplicou a prova, poderá ser verificado erro material na apuração da nota, no prazo improrrogável de **2 (dois)** dias úteis da divulgação do resultado da prova escrita, no Diário Oficial do Ministério Público.

VIII – Da Convocação e da Admissão

A convocação será feita por meio de Edital que será publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) e afixado na sede das Promotorias de Justiça de Nova Andradina, obedecendo aos critérios de necessidade e conveniência da administração e às disposições da Resolução n.015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

Será admitido no estágio o candidato aprovado que, comprovadamente, possuir 16 (dezesseis) anos completos no momento da convocação (artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e artigo 10, caput, da Resolução n.º 15/2010, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul), comprovar estar matriculado em instituição de ensino oficial, devidamente credenciada, autorizada e/ou reconhecida nos órgão competentes, e apresentar comprovante de matrícula e frequência em qualquer dos dois últimos anos do ensino médio regular.

Para admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: **I** - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; **II** – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso; **III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; **IV** - certidão de inexistência de antecedentes criminais e de atos infracionais; **V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; **VI** – declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; **VII** - atestado de exame ABO-RH; **VIII**- declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte; **IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes; **X**- Ficha de Cadastro digitalizada em todos os campos e assinada.

IX – Do Prazo de Validade

O presente processo de seleção terá validade de 1 (um) ano, contado da data da sua homologação, prorrogável por mais um ano, a critério do Ministério Público Estadual.

X - Das Disposições Finais

O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do Processo Seletivo se verificar qualquer ação ou omissão que caracterize conduta de má-fé, o que também pode restar configurado com a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil e estudantil.

Os casos omissos serão resolvidos pelos Promotores de Justiça da Comarca de Nova Andradina.

Nova Andradina – MS, 14 de março de 2017.

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI

Promotor de Justiça

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

PAULO LEONARDO DE FARIA

Promotor de Justiça

ANEXO I**Do Conteúdo da prova****Língua Portuguesa:**

Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. A elaboração das provas de Língua Portuguesa contemplará a resolução de questões com base nas Normas Ortográficas atuais - tanto em tempo anterior como após a entrada em vigor das disposições editadas por meio do Decreto Federal nº 6.583, de 29.09.2008, que promulgou o Acordo Ortográfico assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1.990 - considerando a observância ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015 - conforme dispõe o parágrafo único do artigo 2º do referido Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 7.875, de 2012 – durante o qual coexistirão a Norma atual e a nova Norma estabelecida.

Matemática:

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.

Informática:

Microsoft Windows, Word e Excel: Conhecimentos básicos de operação e uso sobre microinformática; Noções básicas de comandos do sistema Operacional Windows; Gerenciamento de arquivos; Impressão; Noções de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word (formatação e configuração do texto, correção de documentos). Noções do Microsoft Excel (formatação e configuração de planilhas). Noções do uso de navegação, protocolos e segurança na internet. Noções e atualidades da internet. Noções de uso de e-mail.

EDITAL Nº 003/2017/PJAP.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA da Comarca de APARECIDA DO TABOADO**, torna público o **resultado preliminar** do Processo Seletivo Simplificado para Estagiários de Ensino Médio, bem como passa a receber, no prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, requerimento de interessado para verificação de erro material na apuração da nota da prova, conforme Edital nº 010/2016/PJAP.

Classificação	Nome do Candidato	Prova Objetiva	Prova Discursiva (Redação)	Total	Resultado
1º	RÚBIA REIS RIBEIRO RODRIGUES	3,50	4,00	7,50	APROVADO
2º	LUANA ALMEIDA SILVA	3,50	4,00	7,50	APROVADO
3º	CRISTIANE PINHEIRO SILVA	3,25	3,75	7,00	APROVADO
4º	IULY GONÇALVES DA SILVA	2,50	3,50	6,00	APROVADO
5º	BRUNA MARIA AMÂNCIO DE SOUZA	2,00	3,00	5,00	APROVADO
6º	ANNAYZA MENDES DA CONCEIÇÃO	2,50	2,50	5,00	APROVADO
7º	ALÉCIA MARINHO DE ESPÍNDOLA	1,75	3,25	5,00	APROVADO
-	MARCELO AUGUSTO BERNARDES LEMES	1,75	2,75	4,50	REPROVADO
-	MEICIELI MACAÚBA PEREIRA	1,75	2,75	4,50	REPROVADO
-	ALINE DOS SANTOS RODRIGUES	1,25	3,00	4,25	REPROVADO
-	ALINE MACEDO DOS SANTOS	1,50	2,75	4,25	REPROVADO
-	MARIA AMÉLIA SOUZA MOREIRA	1,25	3,00	4,25	REPROVADO
-	RAILSON HENRIQUE MARTINS DA SILVA	1,50	2,75	4,25	REPROVADO
-	MATEUS SANTOS ELIAS	1,50	2,25	3,75	REPROVADO
-	GEANE NOVAES TEODORO	1,50	2,00	3,50	REPROVADO
-	LAIS FERNANDA CAIRES DE SOUZA	1,50	2,00	3,50	REPROVADO

-	MICAELLY DE JESUS FERNANDES SOARES	1,25	2,25	3,50	REPROVADO
-	MURILO CANTÚ DE LIMA	1,50	2,00	3,50	REPROVADO
-	TAUANE ARRENATA PRINA ROCHA	1,50	2,00	3,50	REPROVADO
-	LARISSA CASTRO ANDRÉ NOGUEIRA	0,75	2,50	3,25	REPROVADO
-	RICHARD PATRIKI SANTOS QUEIOZ MAIA	0,75	2,50	3,25	REPROVADO
-	THAYANE GABRIELY MENEZES DE OLIVEIRA	1,25	2,00	3,25	REPROVADO
-	PAOLA DE SOUZA RODRIGUES	0,75	2,25	3,00	REPROVADO
-	ÁLVARO ANTÔNIO ORTIZ DA SILVA	-	-	-	AUSENTE
-	AMANDA FERREIRA FERNANDES	-	-	-	AUSENTE
-	ESDRAS OLIVEIRA MANCUZO	-	-	-	AUSENTE
-	GABRIELA COSTA DE PAULA NETO	-	-	-	AUSENTE
-	KEMMILLY BEATRIZ TEODORO MURICY DUARTE	-	-	-	AUSENTE
-	LUDMILA APARECIDA DE SOUZA FRANCISCO	-	-	-	AUSENTE
-	NATIELE JANUÁRIO DE SOUSA	-	-	-	AUSENTE
-	THAYS XAVIER NOGUEIRA	-	-	-	AUSENTE
-	VITÓRIA DE CARVALHO MOREIRA	-	-	-	AUSENTE

Aparecida do Taboado/MS, 16 de março de 2017.

Oscar de Almeida Bessa Filho

Promotor de Justiça

Jerusa Araujo Junqueira Quirino

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 003/2017/PJ-COXIM/MS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca de Coxim, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009 e diante do Aviso de Homologação do Processo Seletivo para Estagiários do Ensino Médio da Comarca de Coxim, publicado no DOMP-MS n. 1252, de 05.04.2016, **CONVOCA** os candidatos aprovados **Higor Charles Ferreira da Gama, Larissa Cabral Flores, Leonardo Barbosa e Milson Vilhalva Júnior**, para comparecerem no prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Coxim-MS, sito à Rua Márcio Lima Nantes, n. 105, vila São Salvador, no **prazo de 5 (cinco) dias** a contar da publicação deste, para a entrega dos seguintes documentos necessários ao credenciamento:

1.	fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / período do estagiário / semestre, o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
3.	atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ;
6.	declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	atestado de exame ABO-RH;
8.	número da agência e da <u>conta corrente no Banco do Brasil;</u>
9.	02 fotografias coloridas 3x4 recentes;
10.	ficha de cadastro preenchida em todos os campos e assinada.

Coxim-MS, 14 de março de 2017.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Contrato nº 09/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/3322/2016

Partes:

DOMP-MS

DOMP-MS

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa **Nilza Gomes da Silva**.

2- **FUNDAÇÃO DE APOIO AO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC**, representada por seu Secretário Executivo **Reinaldo Rodrigues Fagundes**.

Amparo legal: Art. 24, XIII, Lei nº 8.666/93.

Objeto: prestação de serviços de operacionalização de processo seletivo para contratação de estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado: R\$ 81.200,00, nos termos da Nota de Empenho nº 000016 de 17.02.2017.

Vigência: 180 dias contados a partir da data de sua assinatura.

Data de assinatura: 16.03.2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

Edital nº 0017/2017/30PJ/CGR

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Rua da Paz, n. 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2016.00001107-0

Requerente: Injex Indústrias Cirúrgicas LTDA.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar denúncia de supostas irregularidades praticadas no procedimento licitatório alusivo ao Pregão Presencial nº 01/2016 (processo administrativo nº 67.903/2015-11), destinado à aquisição de seringas hipodérmicas e agulhas para a aplicação de insulina, para atendimento da rede pública municipal.

Campo Grande, MS, 15 de março de 2017.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA – Promotor de Justiça

DOURADOS

Edital nº 0034/2017/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000918-6 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou no site do MP/MS.

Inquérito Civil nº 06.2016.00000918-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário ocasionado pela má qualidade na prestação dos serviços relacionados à manutenção das vias públicas da cidade de Dourados, mormente no que tange às operações "tapa-buracos".

Dourados, 02 de fevereiro de 2017

RICARDO ROTUNNO - Promotor de Justiça

Edital nº 0035/2017/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000922-0 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou no site do MP/MS.

Inquérito Civil nº 06.2016.00000922-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: FUNSAUD – Fundação de Serviços de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Processo Seletivo Simplificado para Formação de Cadastro Reserva para a Contratação Temporária de profissionais da área de saúde para atuarem junto à FUNSAUD - Edital 001/2016/FUNSAUD.

Dourados, 01 de fevereiro de 2017

RICARDO ROTUNNO - Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BELA VISTA

Edital nº 0001/2017/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que

está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2017.00000668-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antônio Flávio Barbosa Cabral

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, referente ao Inquérito Civil n. 10/2012.

Bela Vista, 15 de março de 2017

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR – Promotor de Justiça

Edital nº 0002/2017/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2017.00000671-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Maria Antonia Dias Campos, Jose Dias Campos Neto, Guilherme Dias Campos, Alcino Dias Campos

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, no Inquérito Civil n. 7/2013.

Bela Vista, 15 de março de 2017

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR – Promotor de Justiça

Edital nº 0003/2017/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2017.00000673-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Marcelo Moraes Cintra Franco, Ana Carolina Jurado Buller Cintra Franco

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, no Inquérito Civil n. 18/2010.

Bela Vista, 15 de março de 2017

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR – Promotor de Justiça

Edital nº 0004/2017/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2017.00000675-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Amarildo Martini

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, no Inquérito Civil n. 15/2010.

Bela Vista, 15 de março de 2017

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR – Promotor de Justiça

Edital nº 0005/2017/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2017.00000678-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Aldair dos Santos Pereira, Devanir Antonia Corbani dos Santos Pereira

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado, no Inquérito Civil n. 31/2010.

Bela Vista, 15 de março de 2017

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR – Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA

Edital n. 03/2ªPJ /2017

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Vila Izanópolis.

Inquérito Civil nº 17/2ªPJ/2016

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar violação ao artigo 40 do ESTATUTO DO IDOSO em virtude de restrições ilegais ao FORNECIMENTO

GRATUITO DE PASSAGENS no transporte coletivo interestadual.

Cassilândia-MS, 10 de março de 2017.

ALINE MENDES DE FRANCO LOPES – Promotora de Justiça.

MIRANDA

Edital nº 009/2017

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade.

Inquérito Civil 06.2017.00000365-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Miranda.

Assunto: Apurar suposta retenção indevida pelo Executivo Municipal de Miranda de valores descontados dos servidores públicos municipais sem o consequente repasse para as instituições financeiras, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016..

Miranda/MS, 15/03/2017.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA - Promotora de Justiça

Edital nº 010/2017

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade.

Inquérito Civil 06.2017.00000372-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Miranda.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na remoção do servidor efetivo, José Carlos da Silva de Almeida.

Miranda/MS, 15/03/2017.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA - Promotora de Justiça

Edital nº 011/2017

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade.

Inquérito Civil 06.2017.00000377-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Miranda.

Assunto: Apurar a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa, tendo em vista o levantamento da quantia de R\$ 77.101,70 (setenta e sete mil, cento e um reais e setenta centavos) da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Miranda, de maneira irregular e sem a prévia aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Miranda/MS, 15/03/2017.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA - Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

Edital PP n.º 03/2017-2ªPJM

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO n.º 03/2017.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado do Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a existência de focos de doenças nas sucatas existentes no pátio do DETRAN de Mundo Novo-MS e, ainda, a não observância ao disposto no artigo 328 do Código de Trânsito Brasileiro pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Mundo Novo/MS, 16 de março de 2017.

a) **MOISÉS CASAROTTO** - Promotor de Justiça

b) **PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES** - Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANASTÁCIO

Edital nº 002/2017

A Promotoria de Justiça de Anastácio – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 06.2016.00000260-5, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América – Edifício do Fórum, em

Anastácio – MS.

Inquérito Civil Nº 06.2016.00000260-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: apurar eventual irregularidade no Areeiro Saara, notificada no Ofício 004/2ºGPMA-KM 21/2016.

Anastácio (MS), em 16 de março de 2017.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI – Promotor de Justiça

Edital nº 003/2017

A Promotoria de Justiça de Anastácio – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 06.2016.00001466-7, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América – Edifício do Fórum, em Anastácio – MS.

Inquérito Civil Nº 06.2016.00001466-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: apurar eventual venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos no interior do Clube Cambarú.

Anastácio (MS), em 16 de março de 2017.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI – Promotor de Justiça

Edital nº 004/2017

A Promotoria de Justiça de Anastácio – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 06.2016.00000967-5, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América – Edifício do Fórum, em Anastácio – MS.

Inquérito Civil Nº 06.2016.00000967-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: acompanhar a implantação municipal de atendimento socioeducativo e sobre a inclusão de instrumentos de práticas restaurativas nos referidos planos.

Anastácio (MS), em 16 de março de 2017.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI – Promotor de Justiça



DIÁRIO OFICIAL DO MP

O DOMP-MS foi instituído pela Lei Estadual nº 3.963, de 13 de setembro de 2010, e regulamentado pela Resolução nº 21/PGJ/2010, de 18 de novembro de 2010 (publicada em 18/11/2010).

E-mail para envio de matérias:

dompms@mpms.mp.br

Telefone para contato:

(67) 3318-2054